

Tribuna

Bolsonaro condiciona verba ao Nordeste a alinhamento de gestores

CAIO SARTORI
O ESTADO DE S.PAULO

presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem que não vai negar recursos aos Estados do Nordeste, desde que os governadores divulguem que são parceiros do governo. Segundo ele, "boa parte" dos governadores do Nordeste é socialista, que não comungam dos mesmos interesses do seu governo. "O que eu quero desses respectivos governadores: não vou negar nada para esses Estados, mas se eles quiserem realmente que isso tudo seja atendido, eles vão ter que falar que estão trabalhando com o presidente Jair Bolsonaro. Caso contrário, eu não vou ter conversas com eles, vamos divulgar obras junto a prefeituras",

disse o presidente após a inauguração de uma usina de energia que usa painéis solares instalados sobre as águas do Rio São Francisco, em Sobradinho (BA).

Reportagem publicada no Estadão na semana passada mostrou que a Caixa Econômica Federal reduziu a concessão de novos empréstimos para o Nordeste neste ano. Em 2019, até julho, o banco autorizou novos empréstimos no valor de R\$ 4 bilhões para governadores e prefeitos de todo o País. Para o Nordeste, foram fechadas menos de dez operações, que juntas totalizavam, naquela data, R\$ 89 milhões, ou cerca de 2,2% do total - volume muito menor do que em anos anteriores.

No entanto, segundo Bolsonaro, o Nordeste tem

recebido recursos abundantes. "Eu não estou aqui para fazer média. Não estou aqui com colegas nordestinos para fazer média. Não existe essa história de preconceito. Agora, eu tenho preconceito com governador ladrão que não faz nada para o seu Estado", disse o presidente.

O governador da Bahia, Rui Costa, do PT, não participou do evento. No último dia 23, ele também não participou da inauguração do aeroporto de Vitória da Conquista (BA). "O meu relacionamento é com o povo do Nordeste. Ninguém proibiu o governador de estar aqui. Da vez passada, quando estive em Vitória da Conquista, ele determinou que a Polícia Militar não participasse da nossa segurança. Então quem tem algum preconceito

é ele. Se ele viesse aqui seria muito bem vindo. Não teria sido falado nada contra ele, ou hostilizado. Agora quem está com medo de encarar seu próprio povo é ele e não eu", afirmou Bolsonaro. "Eu não posso admitir que governadores como o do Maranhão e do Paraíba façam política no tocante à minha pessoa."

O presidente voltou a negar ter criticado os gestores estaduais, que são oposição ao governo federal. "Eu cochichei no ouvido do ministro Onyx Lorenzoni (Casa Civil) e me referi ao governador da Paraíba e do Maranhão, que eles procuram os nossos ministérios, conseguem coisas como outros, mas chegam em seus respectivos Estados e descem a 'burduna' em cima de mim".



JAIR BOLSONARO estava no interior da Bahia para inaugurar uma usina de energia. Ele minimizou atritos com os governadores da região

Veículo: O Globo	Online
Data: 06/08/2019	Coluna: Economia



Para Bolsonaro, governadores do Nordeste querem dividir o país

Presidente voltou a afirmar que não vai mudar seu estilo de dar declarações polêmicas. 'Já sabiam que eu era assim'

O Globo

06/08/2019 - 08:14 / Atualizado em 06/08/2019 - 09:39

RIO - O presidente Jair **Bolsonaro** manteve o tom crítico contra políticos do **Nordeste** e afirmou que os **governadores** da região querem dividir o país, enquanto ele trabalha para unir. Ele acusou o PT de lançar a divisão entre os brasileiros. Ao visitar uma cidade da Bahia em menos de um mês, Bolsonaro disse, em entrevista ao jornal "O Estado de S. Paulo", que não quis usar de forma pejorativa o termo "**paraíba**" para se referir ao governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), mas defendeu que o governo federal não devia dar "nada" a ele.

- A maioria dos nove governadores do Nordeste quer começar a implementar a divisão do Nordeste contra o resto do Brasil - disse durante visita à cidade de Sobradinho (BA), nesta segunda-feira, onde inaugurou a primeira etapa da usina de geração flutuante.

PODCAST : [A vida no garimpo ilegal dentro da maior terra indígena do Brasil](#)

Ele [reafirmou sua declaração dada ao GLOBO na semana passada](#) de que vai manter seu estilo de campanha com falas polêmicas, porém, pretende ser um pouco "mais polido".

- Paciência. Já sabiam que eu era assim. A gente procura se polir um pouco mais, mas acontece - afirmou.

Ainda sobre suas declarações, Bolsonaro afirmou que vai continuar o mesmo da campanha.

- Não há diferença do que eu pensava na campanha e do que eu penso agora. Eu quero implementar o que eu falei em campanha. Pela primeira vez na história do Brasil um presidente está buscando honrar aquilo que prometeu durante a campanha - disse.

Na semana retrasada, em meio às polêmicas sobre a "paternidade" do Aeroporto Glauber Rocha e a repercussão de seu comentário sobre o Nordeste, Bolsonaro inaugurou as instalações do terminal em Vitória da Conquista, na Bahia, ainda com obras inacabadas. Cercado de expectativas, o evento foi antecedido pelo episódio em que ele [chamou governadores da região de "paraíbas"](#) e também pela [recusa do governador Rui Costa \(PT-BA\) em marcar presença](#).

A respeito das duas viagens à Bahia em um curto espaço de tempo, Bolsonaro ressaltou que as obras inauguradas não pertencem ao governo dele, mas sim "ao povo brasileiro"

- Essa obra (usina de Sobradinho) efetivamente começou a andar no governo do (ex-presidente) Michel Temer. Então, não é obra minha, para não achar que estou querendo pegar obra de ninguém. Agora, também, a obra é feita com dinheiro público. Não tem pai da criança. Todo o povo brasileiro é

que é pai da criança. Estou rodando o Brasil todo, para mostrar, ter espaço, junto à imprensa e dizer que nossa união pode realmente fazer um Brasil melhor.

Sobre as críticas à provável nomeação de seu filho, o deputado Eduardo Bolsonaro, para embaixador nos Estados Unidos, Bolsonaro disse considerar já ter o aval do presidente Donald Trump, mas lembrou que ainda falta a aprovação do Senado.

- Num primeiro momento, por ser filho meu, foi bombardeado. O (Donald) Trump mesmo, semana passada, falou que acompanha meu trabalho, me chamou de “Trump dos Trópicos”. E citou meu filho Eduardo Bolsonaro como uma pessoa que ele conhece. E quer melhor referência do que essa? Impossível? Agora, obviamente passa pelo Senado, por comissão no Senado.

Amazônia e ataque de hackers

Na polêmica envolvendo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) sobre o aumento de 40% no desmatamento da região da Amazônia, Bolsonaro afirma ver interesse de institutos na divulgação dos dados.

- A esquerda usa as minorias para atingir seu objetivo. Ela pega as minorias e usa. Procura um afrodescendente com a cabeça no lugar. Por que ele foi beneficiado com as políticas de cotas do passado? Benefício nenhum, zero. A questão das comunidades indígenas, a mesma coisa. Usam o índio, usam o negro, usam a comunidade LGBT para atingir seus objetivos. Usam o povo do Nordeste muitas vezes.

Veículo: Site Secom	
Data: 05/08/2019	Caderno: Fazenda

Governo

05/08/2019 16:12

Presidente do Consórcio do Nordeste se reúne com embaixadores da Itália e da Espanha

O governador da Bahia, Rui Costa, desembarcou em Brasília, nesta segunda-feira (5), para representar o Consórcio do Nordeste em encontros preparatórios da missão internacional na Europa, que ocorrerá em novembro. Como presidente do órgão, Rui conversou com o embaixador da Itália, Antônio Bernardini, e, logo depois, com o embaixador da Espanha, Fernando García Casas. Nas agendas, ele esteve acompanhado do secretário executivo do Consórcio, Carlos Gabas.

Na reunião com o embaixador italiano, Rui disse que o grupo de governadores quer iniciar a missão no país por uma agenda institucional com o governo e, em seguida, realizar encontros com empresários. "Queremos promover um mapa de oportunidades para o Nordeste como um todo, conversando e apresentando nossa região", disse o governador da Bahia, destacando as áreas ambiental, de turismo, infraestrutural e de saúde.

O objetivo é promover uma sinergia entre as áreas que a Itália quer investir e que os nove estados nordestinos têm interesse. "Há muito espaço comum para consensos", acrescentou Rui.

Bernardini adiantou a área de meio ambiente e energias renováveis como um ponto relevante para as empresas da Itália. Ele se colocou à disposição para definir os demais segmentos e ajudar na construção das agendas que farão parte da missão internacional. No turismo, Bernardini destacou que já existe uma conexão. Dados de 2016 mostram que mais de 100 mil italianos visitaram o Nordeste naquele ano.

Na mesma linha, o encontro com o embaixador espanhol permitiu a análise de parcerias que promovam o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, como o potencial do Nordeste para geração de energia limpa. García Casas assinalou que a Espanha é parceira histórica do Brasil e prevê bons negócios para a missão de novembro.

Nesta segunda (5), o governador da Bahia ainda visita o embaixador da China no Brasil, Yang Wanming.

Tribuna

SALVADOR

Oposição tenta adiar votação do ISS na Câmara

Foto: Antonio Queirós



A CÂMARA de Salvador volta a debater hoje o Projeto de Lei que concede isenção do ISS às empresas de ônibus da capital baiana

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

A Câmara Municipal de Salvador volta a debater hoje o Projeto de Lei nº 133/19, que concede isenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) às empresas de ônibus. A discussão, no Centro de Cultura, será conduzida pelo presidente da Casa, vereador Geraldo Júnior (SD). Foram convidados a promotora de Justiça Rita Tourinho, o secretário municipal de Mobilidade, Fábio Mota, e o presidente da Agência Reguladora e Fiscalizadora dos Serviços Públicos de Salvador (Arsal), Almir Melo Jr.

O líder da bancada de oposição, Sidinho (Podemos), garantiu que a isenção não será votada nesta semana. O grupo

pedirá vista da matéria na reunião conjunta de comissões, marcada para e hoje. A expectativa é que a Casa levasse a votação ao Plenário já amanhã. O sentimento nesse momento é de união. A bancada de oposição vai se reunir na quarta-feira para discutir esse projeto. "Amanhã estaremos com a representante do Ministério Público, que fez parte do TAC, para ouvi-la e colher provas. Tudo o que o Executivo vem fazendo, em colocar a população contra a gente, em falar sobre esses equipamentos que ainda não chegaram, tudo o que isso está sendo construindo contra os vereadores, estamos colhendo as provas e se debruçando sobre o projeto para votar unidade", declarou.

"Hoje vamos ter que sentar para ver os números, para discutir. Se fala

em uma votação quarta-feira. Lhe garanto que não será votada essa semana. A gente tem membros nas comissões e vai pedir vista desse projeto. Entendo que a gente tem que votar junto. Não sei se a gente vai estar votando no momento essa emenda. E o momento de nos unirmos, a Casa como um todo. A gente encontrou força do lado da base para que a oposição possa realmente buscar e entender o porque dessa isenção para votar. A questão está fechada".

Indagado sobre a fala do prefeito ACM Neto (DEM) no sentido de ampliar o diálogo entre prefeitura e oposição, Sidinho afirma que não recebeu nenhuma sinalização do Palácio Thomé de Souza nesse sentido. "Não estou vendo diálogo por parte do Executivo com a oposição. Se está sendo

discutido, é unilateral. A recíproca não existe. A oposição está reduzida por conta do bloco independente de oposição. Então, tenho certeza que nenhum de nós está dialogando".

O preço da passagem de ônibus em Salvador, atualmente, é de R\$ 4. A isenção do ISS impedirá o aumento da passagem em R\$ 0,12, passando para R\$ 4,12. O projeto de lei que versa sobre a isenção do ISS foi enviado à Câmara após a prefeitura firmar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ministério Público do Estado da Bahia e as concessionárias de ônibus para manter o valor em R\$4 antes da votação do projeto. No dia 15 de julho, a Câmara realizou um debate sobre Projeto de Lei nº 133/19 com as presenças de Fábio Mota e Almir Melo Jr.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política
Data: 06/08/2019	Página: 06

Tribuna

Patota administrativa

Mesmo com o caixa no vermelho, alguns Estados tiveram nos últimos anos a aprovação das contas pelos tribunais estaduais. É o caso, por exemplo, de Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso e Rio Grande do Norte que enfrentam grave situação fiscal e já não conseguem honrar compromissos com salários de servidores, aposentados, pensionistas e fornecedores.

Aliás..

..Os TCEs são tribunais meramente administrativos, muitos compostos por ex-políticos, vale ressaltar. Nomeados pelos governadores fiscalizados.

Quase-moratória

Rio Grande do Sul e Goiás, inclusive, estão em processo para aderir ao Regime de Recuperação Fiscal do Governo Federal. No Rio Grande do Norte, os salários estão atrasados e o Governo tenta pagar o 13º de 2017 para servidores estaduais.

Veículo: Política Livre	
Data: 05/08/2019	Caderno: Economia

Raul Monteiro
POLÍTICALIVRE
A POLÍTICA LEVADA A SÉRIO

Congresso analisará uma única reforma tributária, diz Alcolumbre

Foto: Marcos Oliveira/Agência Senado



O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP)

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), anunciou nesta segunda-feira (5) que fechou um acordo com o governo e a Câmara para que o Congresso analise apenas uma proposta de reforma tributária. Atualmente, estão em elaboração ao menos cinco sugestões de reestruturação das regras para cobrança e distribuição dos tributos. “Em acordo com o presidente Rodrigo Maia (DEM-RJ) e com o ministro Paulo Guedes (Economia), uma única proposta da reforma tributária tramitará no Congresso. Construiremos um texto que atenda aos interesses da Câmara, do governo e do Senado para desburocratizar essa questão”, afirmou Alcolumbre. Os presidentes do Senado e da Câmara e o ministro da Economia se reuniram em Brasília nesta segunda-feira para discutir as prioridades para o semestre no Congresso, que retoma as atividades nesta semana após recesso. O governo Jair Bolsonaro (PSL) finaliza um projeto próprio, sob o comando do secretário da Receita Federal, Marcos Cintra. O texto prevê a unificação de cinco tributos federais e a criação de um imposto sobre pagamentos. Já estão em tramitação duas propostas no Senado e na Câmara. O texto do Senado, apresentado por Alcolumbre, cria o IBS (Imposto sobre Operações com Bens e Serviços), com tributação sobre valor agregado, de competência estadual, e o IS (Imposto Seletivo), sobre operações com bens e serviços específicos, federal. Nove tributos vigentes hoje seriam extintos. O projeto da Câmara substitui três tributos federais (PIS, Cofins e IPI), o estadual ICMS e o municipal ISS pelo IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), cuja receita seria compartilhada entre União, estados e municípios. Há ainda outras duas reformas defendidas pelos secretários de Fazenda estaduais e por um grupo de empresários que apoiam Bolsonaro.

Estadão Conteúdo

Veículo: G1	
Data: 05/08/2019	Caderno: Política



Reforma tributária: governo e Congresso buscarão texto em conjunto, diz Alcolumbre

Presidente do Senado deu a declaração nesta segunda (5) após se reunir com o presidente da Câmara e o ministro da Economia. Atualmente, há três propostas de reforma em discussão.

Por **Alexandro Martello, G1** — Brasília

05/08/2019 16h10 Atualizado há 16 horas

O presidente do Senado, **Davi Alcolumbre** (DEM-AP), afirmou nesta segunda-feira (5) que haverá um esforço entre senadores, deputados e integrantes do governo federal para tentar elaborar, em conjunto, uma proposta de reforma tributária.

Alcolumbre deu a declaração após uma reunião-almoço com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e o ministro da Economia, Paulo Guedes, na residência oficial da presidência do Senado.

A reforma tributária, declarou o senador do DEM, é uma das prioridades do Congresso Nacional e do Executivo federal para o segundo semestre deste ano. O debate para alterar as regras tributárias deve se intensificar assim que o parlamento concluir a análise da proposta de reforma da Previdência. Atualmente, duas propostas de reforma tributária diferentes já estão tramitando no Congresso Nacional: uma na Câmara e outra no Senado. Enquanto isso, o governo Jair Bolsonaro está elaborando uma terceira sugestão de mudança nas regras de tributação, que ainda não está concluída.

Na semana passada, os secretários de Fazenda dos estados aprovaram, por unanimidade, a minuta de um texto com sugestões para serem apresentadas à proposta que já está em tramitação na Câmara, de autoria do economista Bernard Appy.

Entre as sugestões dos governos estaduais para a reforma da Previdência está a criação de um comitê gestor para o Imposto Sobre Bens e Serviços (IBS) sem a participação do Executivo federal.

"O governo, o Senado e a Câmara, esse foi o pacto estabelecido, discutirão esse texto [reforma tributária], aprimorarão para a gente fazer uma reforma que possa simplificar e desburocratizar estrutura de cobrança de imposto dos governos federal, estadual e municipal", declarou Alcolumbre aos jornalistas ao final da reunião com Maia e Guedes.

>>> Veja quais são as propostas de reforma tributária em discussão:

- A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados (CCJ) já aprovou a **admissibilidade de uma proposta de reforma tributária**, de autoria do economista Bernard Appy - do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF). A proposta prevê a criação de um imposto sobre valor agregado que substituiria outros cinco (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS). **Foi instalada uma comissão especial sobre o assunto.**
- Em julho, o presidente do Senado apresentou uma proposta de reforma tributária com base em um texto elaborado pelo ex-deputado Luiz Carlos Hauly. A proposta – que chegou a ser aprovada no ano passado por uma comissão especial da Câmara – prevê **a substituição de 9 impostos por 1: o Imposto Sobre Operações de Bens e Serviços (IBS).**
-
- Já o governo federal também informou que pretende apresentar uma proposta de reforma tributária - que englobaria, no tributo sobre o consumo, somente impostos federais. Ao mesmo tempo, a área econômica também estuda propor um **tributo sobre pagamentos, nos moldes da extinta CPMF, para desonerar a folha de pagamentos.**

Pacto federativo e reforma administrativa

Davi Alcolumbre também disse que o chamado "pacto federativo" – ou seja, a distribuição de recursos entre governo, estados e municípios – também será um tema prioritário do Congresso Nacional no segundo semestre deste ano.

O ministro da Economia tem dito que buscará alterar as regras para que estados e municípios possam contar com mais recursos. Uma das estratégias é que esses entes federativos tenham direito a uma participação maior nos recursos do pré-sal.

"O Senado Federal vai pilotar esse processo, que é a desvinculação dos recursos do governo central para estados e municípios, onde cada um terá condições de cumprir com suas obrigações. Ao longo dos últimos anos, os recursos ficaram centralizados [na União], e estados e municípios ficam à mercê do governo de plantão para realizar suas ações", ressaltou o presidente do Senado.

De acordo com Alcolumbre, a reforma administrativa do Estado brasileiro também é "fundamental" para o país, e o tema deverá ser endereçado na segunda metade deste ano.

Reforma da Previdência

Na mesma entrevista, o presidente do Senado cumprimentou Rodrigo Maia pela **aprovação, em primeiro turno**, da reforma da Previdência no plenário da Câmara antes do início do recesso de julho.

A expectativa no parlamento é de que os deputados concluam ainda nesta semana, no retorno das férias, a análise da proposta de emenda à Constituição que altera as regras de aposentadoria.

“A Câmara apresentou ao Brasil uma proposta que dará condições de equilibrar as contas públicas, fazer justiça com o Estado, que precisa ter mais recurso para investimentos, e equilibrar as contas, além de dar segurança jurídica dos investidores e empregos para a população”, afirmou ele.

A sessão da Câmara prevista para esta segunda-feira – dia em que os parlamentares voltaram do recesso – **foi cancelada por falta de quórum** (número mínimo de deputados para abrir os trabalhos). Com isso, esta segunda-feira não serviu para contar o prazo exigido entre a votação do primeiro e a do segundo turno da reforma da Previdência.

Pelas regras da Câmara, é necessário haver cinco sessões entre os dois turnos. Já foram realizadas três desde a aprovação da proposta na primeira votação. Com o cancelamento da sessão desta segunda, não será possível cumprir o prazo até a tarde desta terça-feira (6), data que o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), marcou para a votação do segundo turno. Se quiser manter a previsão de Maia, a Câmara deverá votar um requerimento de quebra de intervalo.

Estados e municípios

Após participar do encontro, o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, afirmou que Bolsonaro defende a "descentralização".

"Claro que vai se chegar num momento que nós vamos discutir a formatação do fundo de participação dos estados, do fundo de participação dos municípios, no fortalecimento deles. Para isso, o governo federal vai ter que abrir mão de imposto, sim, em favor das unidades federadas. Mas o presidente Bolsonaro não tem nenhum medo, nem nenhum receio de, entre aspas, perder poder" declarou o ministro.

Tribuna

Governo e Congresso buscarão texto em conjunto para reforma

G1
O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), afirmou ontem que haverá um esforço entre senadores, deputados e integrantes do governo federal para tentar elaborar, em conjunto, uma proposta de reforma tributária.

Alcolumbre deu a declaração após uma reunião-almoço com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e o ministro da Economia, Paulo Guedes, na residência oficial da presidência do Senado.

A reforma tributária, declarou o senador do DEM, é uma das prioridades do Congresso Nacional e do Executivo federal para o segun-

do semestre deste ano. O debate para alterar as regras tributárias deve se intensificar assim que o parlamento concluir a análise da proposta de reforma da Previdência.

Atualmente, duas propostas de reforma tributária diferentes já estão tramitando no Congresso Nacional: uma na Câmara e outra no Senado.

Enquanto isso, o governo Jair Bolsonaro está elaborando uma terceira sugestão de mudança nas regras de tributação, que ainda não está concluída. Na semana passada, os secretários de Fazenda dos estados aprovaram, por unanimidade, a minuta de um texto com sugestões para serem apre-

sentadas à proposta que já está em tramitação na Câmara, de autoria do economista Bernard Appy.

Entre as sugestões dos governos estaduais para a reforma da Previdência está a criação de um comitê gestor para o Imposto Sobre Bens e Serviços (IBS) sem a participação do Executivo federal. "O governo, o Senado e a Câmara, esse foi o pacto estabelecido, discutirão esse texto [reforma tributária], aprimorarão para a gente fazer uma reforma que possa simplificar e desburocratizar estrutura de cobrança de imposto dos governos federal, estadual e municipal", declarou Alcolumbre aos jornalistas ao final da reunião com Maia e Guedes.

06/08/2019 - 05:00

Governo e líderes articulam acordo por mudança tributária

Por Vandson Lima, Raphael Di Cunto, Marcelo Ribeiro e Cristiane Agostine

Com a volta dos trabalhos legislativos, governo e líderes do Congresso articularam ontem, em uma série de reuniões, um cronograma das pautas que terão prioridade no semestre. Após a aprovação em segundo turno na Câmara e encaminhamento da reforma da Previdência ao Senado - que deve acontecer até o fim da semana -, a ideia é que o governo envie ao parlamento uma nova proposta de reforma tributária, focada no redesenho dos tributos federais.

"Tão logo conclua [na Câmara], é coisa de uma semana, 10 dias [para enviar]", afirmou o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, após deixar a residência oficial do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP). O plano do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), é concluir a aprovação da Previdência até quinta-feira e encaminhar o texto para deliberação dos senadores sem novas alterações. O governo espera concluir a votação do texto da Previdência no Senado até 30 de setembro.



Alcolumbre: fechado acordo para construir uma reforma tributária que atenda aos interesses das duas Casas e do governo

Está descartada a possibilidade de a proposta de reforma tributária atuar sobre impostos locais, disse Onyx. A ênfase estará na redução da carga tributária, algo que o presidente Jair Bolsonaro quer deixar como marca da sua gestão. "O professor Paulo Guedes vem trabalhando em uma proposta que atinja, fundamentalmente, os impostos federais. Uma reforma tributária tem que tratar do que é atinente à União", disse. "O presidente Bolsonaro fala sempre da necessidade de redução dos tributos e das alíquotas. Ele quer ser o primeiro presidente que reduz a carga tributária", afirmou Onyx.

Após reunião com o ministro da Economia, Paulo Guedes, e Maia, Alcolumbre disse que foi estabelecido um acordo para construir um texto da reforma tributária que atenda aos interesses das duas Casas e do governo. Câmara e Senado têm propostas diferentes sobre o tema.

Concluída a reforma tributária, um pacto federativo que distribua melhor os recursos está no horizonte, disse Onyx. Ele garantiu que o presidente Jair Bolsonaro não teme repassar mais dinheiro aos entes e perder poder com isso. "O governo federal vai ter de abrir mão sim em favor dos Estados. Mas o presidente não tem medo de perder poder. O governo hoje tem mais de 60% de toda a carga tributária. Não tem problema de baixar isso para 55%, 54%. Vamos discutir os fundos de participação [FPE e FPM] e fortalecê-los".

Sobre a Previdência, após um placar elástico no primeiro turno, a oposição já dá como certa a aprovação em segundo turno, mas tentará fazer duas mudanças: para rejeitar que os trabalhadores expostos a agentes nocivos tenham idade mínima para se aposentar e para proibir que pensões por morte sejam menores que um salário mínimo (R\$ 998).

Para a líder da minoria na Câmara, deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), esses dois pontos podem sensibilizar os deputados do Centrão, pois tratam da população mais vulnerável e tem impacto fiscal menor. A oposição fará sete destaques, mas sabe que a maioria será rejeitada. Já o grupo de partidos favoráveis à reforma se reuniria para analisar o cenário pós-recesso ontem à noite na casa de Maia.

A estratégia do presidente da Câmara é que nenhum desses partidos faça emendas em plenário, o que tornaria mais rápida a votação. O martelo deve ser batido em reuniões hoje das bancadas, antes de o plenário começar a discutir o projeto.

Antes mesmo do fim da votação da reforma da Previdência na Câmara, Maia tem reforçado o debate sobre a reforma tributária e ontem cobrou o apoio do setor produtivo à proposta. Segundo o presidente da Câmara, a aprovação da reforma tributária será "muito mais difícil" do que a da Previdência.

"Os empresários foram muito patriotas na Previdência. Muito. Mas eles não são atingidos pela Previdência. O que a gente quer agora é o mesmo patriotismo na reforma tributária, porque é um sistema distorcido", afirmou Maia em São Paulo, em evento da Fundação Estudar. "Uns pagam muitos impostos e outros não pagam impostos no Brasil. É isso que a gente precisa cobrar de todo mundo. Não adianta querer ser patriota em um tema e não no outro. Tem que ser patriota para construir um país mais justo, que cresça e gere empregos", disse.

Veículo: O Globo	Online
Data: 06/08/2019	Coluna: Economia



BC prevê PIB estável ou com ligeiro crescimento no 2º trimestre, mostra ata do Copom

Autoridade monetária voltou a indicar que há espaço para 'ajuste adicional' nos juros básicos da economia

Reuters

06/08/2019 - 09:59 / Atualizado em 06/08/2019 - 10:18

BRASÍLIA - O **Banco Central** estimou que o Produto Interno Bruto (**PIB**) deve ficar estável ou apresentar ligeiro crescimento no segundo trimestre, conforme ata do Comitê de Política Monetária (**Copom**) divulgada nesta terça-feira, na qual voltou a indicar que há espaço para "ajuste adicional" nos juros básicos da economia.

Segundo o documento, a atividade econômica deve ainda mostrar "alguma **aceleração** " nos trimestres seguintes, reforçada pelos estímulos decorrentes dos saques de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do PIS/PASEP, investida concebida pelo governo para injetar ânimo à retomada econômica.

Economia fraca: [Por que o país não cresce? Entenda por que a engrenagem do PIB parou](#)

"Não obstante essa aceleração esperada, o cenário básico do Copom supõe que o ritmo de crescimento subjacente da economia, que exclui os efeitos de estímulos temporários, será gradual", apontou.

Na semana passada, o [BC reduziu a taxa básica de juros](#) em 0,5 ponto percentual, à nova mínima histórica de 6% ao ano, e indicou que o processo de afrouxamento poderá seguir adiante em meio à fraqueza econômica, inflação bem comportada, melhora no ambiente externo e avanço da reforma da Previdência.

Ranking: [Brasil ainda tem 6ª taxa de juros mais alta em 37 países](#)

Nesta terça-feira, a autoridade monetária ponderou que, apesar de ter indicado essa possibilidade, o Copom considera "fundamental" enfatizar que isso não restringe sua próxima decisão, a ser tomada em setembro.

PUBLICIDADE

"Os próximos passos da política monetária continuarão dependendo da evolução da atividade econômica, do balanço de riscos e das projeções e expectativas de inflação", frisou.

FGTS : [Saque de R\\$ 500 começa em 13 setembro. Confira o calendário](#)

Para o BC, houve "distensão relevante" nos indicadores recentes de condições financeiras, movimento que atribuiu à expectativa de corte na Selic, à melhora nos mercados globais e nas perspectivas para a economia doméstica - esta última embalada pelo progresso na agenda de reformas.

Sobre a reforma da Previdência, inclusive, o BC avaliou que ela contribui, num saldo líquido, para redução gradual da taxa de juros estrutural da economia.

Pedro Parente : [Governo precisa superar 'sinais contraditórios' para conquistar investidores](#)

Expectativa de novos cortes

Para além do tamanho do ciclo de afrouxamento, agentes de mercado aguardavam mais detalhes na ata para consolidarem suas apostas sobre a distribuição dos novos cortes na Selic. A próxima reunião do Copom ocorre em 17 e 18 de setembro. Depois disso, o Copom ainda se reúne neste ano em outubro e dezembro.

Diante dos sinais que já haviam sido emitidos pela autoridade monetária, economistas ouvidos no mais recente boletim Focus reviram suas expectativas para a Selic neste ano, passando a ver a taxa encerrando o ano em 5,25%, contra 5,5% antes, perspectiva que embute uma redução adicional de 0,75 ponto nos juros básicos.

O corte na Selic foi o primeiro desde março de 2018 e veio como uma medida para ajudar a dar algum impulso à anêmica atividade econômica, num ambiente de inflação vista como confortável pelo BC -- mensagem que reiterou nesta terça-feira.

Armínio Fraga: [defende nova missão para o Banco Central: suavizar choques na economia](#)

Nos 12 meses até julho, o IPCA-15, que é considerado uma prévia da inflação oficial, subiu 3,27%, bem abaixo da meta oficial de inflação do governo para 2019, de 4,25% pelo IPCA, com margem de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

Os dados do IPCA de julho serão divulgados na quinta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Ambiente externo

Após os mercados globais terem sido abalados na véspera após a China permitir o rompimento da marca cambial de 7 iuanes por dólar, desencadeando uma onda de aversão ao risco pela perspectiva de acirramento da guerra comercial com os Estados Unidos, o BC assinalou na ata que os riscos associados a uma desaceleração da economia global permanecem.

Quer saber quanto tempo falta para você se aposentar? Simule aqui na [calculadora da Previdência](#)

"Incertezas sobre políticas econômicas e de natureza geopolítica – notadamente as disputas comerciais e tensões geopolíticas – podem contribuir para um crescimento global ainda menor", disse o BC, após ter avaliado que, de maneira geral, o cenário externo havia evoluído de maneira benigna.

O BC lembrou que BCs ao redor do mundo promoveram estímulos monetários adicionais, contribuindo para o afrouxamento das condições financeiras globais. No mesmo dia em que a Selic caiu no Brasil, na semana passada, o Federal Reserve, banco central dos EUA, cortou a taxa de juros pela primeira vez desde 2008.



Piora da guerra comercial derruba bolsas no mundo e leva dólar a R\$ 3,96

Temor de que disputa entre EUA e China inclua também um embate cambial desestabilizou mercados e fez Ibovespa recuar 2,51%; governo chinês permitiu que o yuan perdesse valor e suspendeu compra de produtos agrícolas americanos

Luciana Dyniewicz e Eduardo Gayer, O Estado de S.Paulo

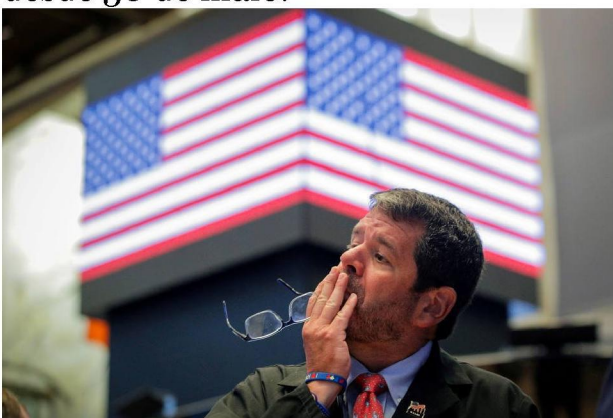
05 de agosto de 2019 | 17h43

Atualizado 05 de agosto de 2019 | 22h08

A [China](#) revidou o ataque da semana passada do governo americano de Donald Trump com novas armas: política cambial e suspensão de compra de produtos agrícolas dos Estados Unidos. O Banco do Povo da China (PBoC), o banco central chinês, permitiu que a moeda perdesse valor e atingisse a barreira psicológica de sete yuans por dólar, valor que não era registrado desde 2008.

LEIA TAMBÉM [>China dá sinais de que usará sua moeda como arma, abalando os mercados](#)

O temor de que a escalada da guerra comercial inclua também um embate cambial desestabilizou o mercado em todo o mundo. Em Nova York, os recuos nas Bolsas ficaram entre 2% e 3%. No Brasil, o [Ibovespa](#) (principal índice da Bolsa) caiu 2,51% e fechou a 100 mil pontos. Já o [dólar](#) avançou 1,66% e atingiu R\$ 3,96 – a maior cotação desde 30 de maio.



O índice americano de ações S&P 500 terminou a segunda-feira em queda de 3%. Foto: REUTERS/Brendan McDermid

Na quinta-feira passada, Trump havia anunciado a imposição de uma tarifa de 10% sobre US\$ 300 bilhões em produtos chineses, fazendo com que quase todas as

mercadorias da China exportadas para os EUA sejam taxadas. Tanto na quinta quanto nesta segunda-feira, Trump criticou Pequim por desvalorizar sua moeda artificialmente para tornar os produtos chineses mais baratos, alavancando as exportações.

O secretário do Tesouro dos EUA, Steven Mnuchin, designou a China como “manipuladora cambial” e anunciou que irá se reunir com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para “eliminar a vantagem competitiva injusta criada pelas ações mais recentes da China”.

No início da manhã de terça-feira (horário da China), o Ministério do Comércio chinês afirmou em nota que as medidas de Trump “são uma séria violação do encontro entre os chefes de Estado da China e dos Estados Unidos” na cúpula do G20, no fim de junho.

O banco chinês afirmou que a taxa de câmbio está em “nível apropriado” e que não usará o câmbio como ferramenta para lidar com disputas comerciais, em meio à tensão recente no comércio entre as duas potências.

Para economistas, o aumento das tensões entre os dois países indica que as negociações estão longe de ser concluídas – ao contrário do que muitos pensavam – e que o freio na economia global vai ser ainda mais forte. No fim de julho, o FMI já havia reduzido a previsão de crescimento para este ano de 3,3% para 3,2%. No ano passado, a economia global registrou expansão de 3,6%.

“No curto prazo, haverá uma desaceleração da economia adicional”, diz Livio Ribeiro, economista do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/FGV). “O que estamos vendo não é apenas uma guerra comercial, mas uma discussão geopolítica de quem vai dominar o mundo nos próximos 50 anos. Talvez estejamos em uma nova guerra fria”, acrescentou.

Ribeiro destacou que ainda é cedo para saber se as medidas chinesas são um evento isolado ou uma mudança no tom das respostas que o país vinha adotando, sempre mais moderadas quando comparadas com as americanas.

Impacto

Além de frear a economia global, a escalada da guerra traz uma preocupação extra para os países emergentes como o Brasil. Deve haver uma onda de aversão ao risco, fazendo com que investidores deixem os emergentes para apostar em países tidos como mais seguros. Segundo o economista-chefe do Modalmais, Álvaro Bandeira, nesse caso, o câmbio sofreria mais do que a Bolsa, dado que os investidores estrangeiros têm pouca presença no mercado acionário brasileiro.

Bandeira diz ainda que o fato de o Brasil estar avançando na agenda de reformas não o protege do cenário internacional. “Não dá para fugir (de uma desaceleração global) e pensar que vamos voltar em 2008, quando todos recuaram e o Brasil, não.”

Economista-chefe da Rio Bravo Investimentos, Evandro Buccini afirma que o Brasil poderá, novamente, ampliar as exportações de produtos agrícolas para a China, mas, o impacto negativo com a desaceleração do comércio internacional será predominante.

‘Efeito cascata’ da moeda fraca

Países com moedas mais fracas podem ter grandes vantagens quando vendem produtos em outros lugares. Isso pode ajudá-los a reduzir preços ou ser mais competitivos em países com moedas fortes. Trump há muito critica a China por ter tomado esse rumo, algo que Pequim nega.

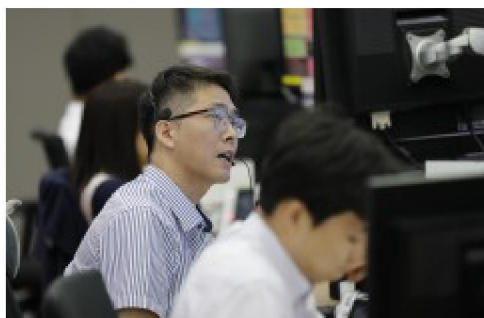
Se a China desvalorizar ainda mais sua moeda, países que competem em setores semelhantes, como a Coreia do Sul, poderão ter de fazer o mesmo. Essas espirais de desvalorização podem levar a uma inflação mais alta, reduzir gastos das famílias e incentivar a alta de tarifas ou o protecionismo. Uma desvalorização significativa também poderia prejudicar a própria China, pois muitas de suas empresas têm dívidas em dólar.

Por tudo isso, as desvalorizações deixam investidores nervosos. Em 2015, quando a China reduziu o valor de sua moeda, as Bolsas tiveram forte queda. Desta vez, muito depende da resposta de Trump, já que a desvalorização ajuda a amenizar o custo da alta das tarifas.

06/08/2019 - 07:25

Atuação do BC da China melhora clima nos mercados internacionais

Por Valor, com Dow Jones Newswires e Associated Press



SÃO PAULO E RIO - (Atualizada às 8h50) As ações globais se estabilizam nesta terça-feira, assim como a moeda chinesa, que no dia anterior havia superado a marca de 7 por dólar pela primeira vez desde 2008, deflagrando uma onda de aversão a risco de que a segunda maior economia do mundo recorreria à manipulação cambial como instrumento de pressão sobre os Estados Unidos.

As bolsas da Ásia fecharam esta jornada em queda, pelo segundo dia seguido, após o Tesouro dos EUA ter classificado a China como manipuladora do câmbio, em novo grau na escalada das tensões bilaterais. As ações na região, contudo, distanciaram-se das mínimas do dia, que chegaram à marca de 3%, após o banco central da China ter indicado que não vai permitir depreciação adicional do yuan.

Nesta terça-feira, o yuan se estabilizou após a autoridade monetária da China a ter estabelecido em 6.9683 por dólar o ponto intermédio da referência diária para a moeda do país. O yuan caiu para 7,0562 por dólar antes de subir a 7,0297 por dólar na cotação do começo do dia. A divisa é negociada dentro de uma banda de 2% para cima ou para baixo de um ponto médio diário estipulado pelo BC.

O BC chinês anunciou também que vai emitir 30 bilhões de yuans em títulos em Hong Kong, em iniciativa vista como tentativa de limitar as vendas a descoberto da moeda.

Ao declarar a China como manipuladora de câmbio, Washington abre o caminho para possíveis novas penalidades além do aumento de tarifas já impostas para os bens chineses na batalha contra Pequim sobre políticas de tecnologia e superávit comercial.

A iniciativa dos EUA deve "contribuir para um endurecimento de posições" nas conversas comerciais, disse o analista Martin Petch, da Moody's Investors Service em relatório. "A menos que as negociações entre EUA e China sejam retomadas rapidamente, os últimos desenvolvimentos devem criar efeitos negativos de contágio tanto na China como nos Eua e globalmente, e particularmente na Ásia", acrescentou.

O principal jornal do Partido Comunista da China acusou Washington de "deliberadamente destruir a ordem internacional baseada em regras" e prejudicar a cooperação econômica. Não mencionou a decisão sobre o câmbio, mas acusou a administração Trump de usar as famílias americanas como reféns nas conversas comerciais. "O que não se pode entender como um país tão grande e influente internacionalmente pode ser tão irresponsável", apontou o "People's Daily".

O banco central chinês negou manipulação inadequada da taxa de câmbio e disse que a desvalorização do yuan na segunda-feira foi guiada pelas forças do mercado. Acrescentou ainda que a decisão americana é de um "comportamento protecionista", que terá "grande impacto nas finanças globais". Na semana passada, Trump anunciou tarifas punitivas sobre mais US\$ 300 bilhões de importações chinesas a partir de 1º de setembro. A decisão veio após uma rodada de conversações para resolver a disputa comercial terminar sem indicação de um acordo. Autoridades americanas reclamam de que um yuan fraco torna os preços das exportações da China injustamente baixos, afetando os concorrentes estrangeiros e inchando o superávit comercial chinês.

Nesta terça-feira, na Ásia, o Xangai Composto, de Xangai, cedeu 1,56%, para 2777,56 pontos, e o Nikkei 225, de Tóquio recuou 0,65%, ficando em 20585,31 pontos. O Hang Seng, de Hong Kong, caiu 0,67%, para 25976,24 pontos, e o Kospi, de Seul, perdeu 1,5%, aos 1917,50 pontos.

Em Wall Street, os futuros indicam alta. Vale notar que, na segunda-feira, os mercados americanos registraram as maiores perdas desde dezembro de 2018. Os investidores se mostraram cautelosos com a desaceleração econômica global e com o recuo nos lucros corporativos nos EUA.

Na Europa, além da atenção à cena externa, os investidores avaliam dados econômicos da região, como as encomendas à indústria da Alemanha. O FTSE 100, de Londres, operava com leve avanço. As praças de Paris e Frankfurt também registravam ganhos.

No Brasil, os agentes financeiros dividem suas atenções entre o andamento da reforma da Previdência e a ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom).

06/08/2019 - 05:00

Câmara vota 2º turno da reforma da Previdência

Por **Raphael Di Cunto**

A Câmara dos Deputados e o Senado Federal pautaram para esta semana três projetos de lei com alta probabilidade de se tornarem leis nos próximos 180 dias, segundo projeção do Estudos Legislativos e Análise Política do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap/Ello) para o **Valor Política**.

Há alta chance de que os senadores aprovem projeto para proibir que empresas que estão em dia com o pagamento de programas de refinanciamento de dívidas (Refis) não possam ser excluídas, mesmo se as parcelas pagas forem insuficientes para quitar o montante devido. O texto já está em fase final de tramitação e seria encaminhado à sanção presidencial.

A proposta visa os Refis mais antigos, como o de 2000, que permitia que os pagamentos fossem equivalentes a um percentual do faturamento da empresa, não importasse qual o valor da dívida. Há parcelamentos onde as empresas terão mais de 200 anos para quitar suas dívidas e outras que o montante é tão pequeno que não paga os juros e correção monetária.

Outra proposta no Senado inclui as instituições comunitárias dentro no sistema de ensino e permite que sejam classificadas como filantrópicas. Já os deputados analisam em segundo turno a reforma da Previdência e é alta a chance, segundo o Cebrap/Ello, que o texto seja transformado em lei nos próximos seis meses.

O levantamento do Cebrap/Ello considerou 23 propostas com impacto econômico que estão na pauta de plenário da Câmara e do Senado ou terminativa nas comissões (quando dispensa votação em plenário). A probabilidade de aprovação, referente aos próximos 180 dias, é baseada num modelo estatístico sobre o histórico de votações desde 1988.

06/08/2019 - 05:00

Governos locais devem levar R\$ 21 bi em megaleilão

Por Mariana Muniz

O secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, voltou a afirmar que a União vai ceder a Estados e municípios cerca de R\$ 20,9 bilhões oriundos do megaleilão do pré-sal. A declaração foi feita durante audiência de conciliação realizada ontem pelo Supremo Tribunal Federal (STF) com Estados e União para tratar da Lei Kandir.

"Estamos falando de 30% do líquido a receber pela União. A União tem bônus de assinatura na magnitude de R\$ 106,6 bilhões, estimados para o fim do ano. O recebimento será após pagamento da Petrobras na ordem de R\$ 33,6 bilhões. Desses, sobram R\$ 72 bilhões, para o qual nós acordamos com governadores e representantes dos municípios: uma partilha de 15% desse líquido para Estados e 15% para União", explicou Rodrigues.

De acordo com o secretário, esse foi um movimento que partiu do Poder Executivo. "Só nesse movimento a gente está cedendo de receita primária da União cerca de R\$ 20,9 bilhões para os Estados", afirmou Waldery. "Essa colocação é solidária dado o fortíssimo estresse fiscal dos Estados", completou.

A audiência realizada no Supremo foi convocada pelo ministro Gilmar Mendes, relator da ação em que Estados questionam a Lei Kandir, que desonera exportações de produtos primários de ICMS. Além de Rodrigues, participam da audiência representantes de 16 Estados, incluindo o governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), e o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida.



Waldery Rodrigues, secretário de Fazenda do Ministério da Economia: "Essa colocação é solidária dado o fortíssimo estresse fiscal dos Estados"

06/08/2019 - 05:00

Saque de R\$ 500 do FGTS começa em setembro e vai até 31 de março

Por Edna Simão

A Caixa Econômica Federal divulgou ontem o calendário de pagamento dos saldos de contas - ativas e inativas - do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e de cotas do Programa de Integração Social (PIS), destinado ao empregado da iniciativa privada cadastrado no programa até 4 de outubro de 1988 e que possua saldo.

Anunciada pelo governo para dar um ânimo para a economia brasileira, a medida atenderá mais 106 milhões de trabalhadores e injetará cerca de R\$ 30 bilhões (R\$ 28 bilhões de FGTS e R\$ 2 bilhões de PIS) neste ano e outros R\$ 12 bilhões em 2020.

Alívio no bolso

Caixa libera calendário para liberação de saque imediato de até R\$ 500 e para adesão ao saque-e

Calendário para saque imediato até R\$ 500

Quem tem conta poupança na Caixa

Mês de nascimento	A partir de
Janeiro, fevereiro, março e abril	13/Set/2019
Maio, junho, julho e agosto	27/Set/2019
Setembro, outubro, novembro e dezembro	9/Oct/2019

Quem não tem conta na Caixa

Mês de nascimento	A partir de	Mês de nascimento	A partir de
Janeiro	18/Oct/2019	Julho	16/Jan/2020
Fevereiro	29/Oct/2019	Agosto	17/Jan/2020
Março	8/Nov/2019	Setembro	24/Jan/2020
Abril	22/Nov/2019	Outubro	7/Fev/2020
Maio	6/Dec/2019	Novembro	14/Fev/2020
Junho	18/Dec/2019	Dezembro	6/Mar/2020

Calendário de retirada sobre FGTS na modalidade saque-aniversário

Janeiro e fevereiro	Abr a jun/2020
Março e abril	Mai a jun/2020
Maio e junho	Jul a ago/2020
Julho	Jul a set/2020
Agosto	Ago a out/2020
Setembro	Set a nov/2020
Outubro	Out a dez/2020
Novembro	Jan/2020 a jun/20
Dezembro	Set/2020 a fev/21

Calendário de saque das cotas do PIS

Crédito em conta na Caixa para todos os estados
Será feita na Caixa com mais de 60 anos
Será feita na Caixa com menos de 60 anos

A permissão para saque imediato de até R\$ 500 e a criação uma nova modalidade de saque, que será feita no aniversário, são as iniciativas de maior impacto. A partir de setembro, os trabalhadores poderão fazer um saque imediato de até R\$ 500 por conta do fundo, limitado ao saldo existente. O pagamento vai até 31 de março de 2020.

No "saque imediato", os trabalhadores com conta poupança na Caixa começam a receber o recurso a partir de 13 de setembro. A última data de liberação está prevista para a partir de 9 de outubro.

O calendário é outro para quem não tem conta na Caixa. Os pagamentos começam em 18 de outubro para as pessoas que nasceram em janeiro e vai até 6 de março de 2020 para quem nasceu em dezembro.

Para garantir o atendimento aos trabalhadores, a Caixa vai abrir no primeiro sábado após a liberação do recurso do FGTS e estender o horário de atendimento do banco por duas horas nos cinco dias úteis. Segundo o presidente da Caixa, Pedro Guimarães, o uso de 13 mil loterias será fundamental para que não haja confusão no atendimento. Se todas as pessoas que têm o direito fossem para as 4.148 agências, o banco teria problemas. A Caixa também lançou uma nova versão do APP FGTS, disponível para download nas lojas App Store e Google Play; um serviço exclusivo no site fgts.caixa.gov.br; e uma central exclusiva para informações sobre o saque imediato (0800 724 2019).

Na nova modalidade de retirada de recursos do FGTS chamada "saque-aniversário", os trabalhadores podem migrar para a nova sistemática a partir de 1º de outubro de 2019 e começar a receber o dinheiro a partir de abril de 2020. O cronograma de liberação também considera o mês de nascimento do trabalhador.

Nessa modalidade, a pessoa saca um percentual do saldo do FGTS anualmente, mas deixará de ter o direito de resgatar o dinheiro em caso de rescisão de contrato de trabalho. A migração não é obrigatória, mas quem realizar a mudança só poderá retornar à modalidade anterior após dois anos a partir da data de solicitação à Caixa.

Segundo calendário da Caixa, os trabalhadores que nasceram em janeiro e fevereiro poderão sacar os recursos entre abril e junho de 2020. Já os que nasceram entre março e abril serão atendidos entre maio e julho; nascidos de maio a junho, entre junho e agosto. A partir de julho, os trabalhadores terão dois meses para sacar os recursos a partir da data de seu aniversário.

O vice-presidente de Fundos de Governo e Loterias, Paulo Angelo, destacou que não há tributação do recurso sacado do FGTS e que a Caixa só abrirá a conta a pedido do trabalhador. Além disso, quem tiver aplicações de recursos do FGTS em Petrobras terá que resgatar os recursos da aplicação para ser contemplado.

Guimarães disse que o pagamento de saldos de contas do FGTS não implicará em despesa relevante para o banco. Se for verificado algum desequilíbrio financeiro, o presidente da Caixa disse que poderá solicitar uma conversa junto ao conselho curador do fundo sobre o assunto.